

1 No dia 26 de agosto de 2008, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético –  
2 DPG, sito à SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 31ª  
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes  
4 os seguintes membros da Comissão no primeiro dia: Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias  
5 (titular) – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente) – IBAMA; Sr. **Kléber Souza dos Santos**  
6 (titular) – MAPA; Sra. **Andrea Ferreira Portela Nunes** (suplente) – MCT; Sra. **Shirley**  
7 **Anny Abreu do Nascimento** (suplente) – MDA; Sr. **Marcos José Rodrigues Miranda**  
8 (titular) – MI; Sr. **André Arantes** (titular) e Sra. **Margarete Campos Rebouças** (suplente)  
9 MP – Sr. **Pedro Andrade** (suplente) – MRE; Sra. **Cláudia Tavares** (suplente) – MRE; Sra.  
10 **Márcia Chame dos Santos** (titular) e Sr. **André Fenner** (suplente) – MS; Sr. **Marcelo**  
11 **Barbosa Sampaio** (titular) – SEAP; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (titular) – ABC; Sr.  
12 **João Carlos de Petribu De Carli Filho** (suplente) – CNA; Sra. **Elisa Romano Dezolt**  
13 (suplente) – CNI; Sra. **Fani Mamede** (titular) – CONTAG; Sra. **Maria Adélia Oliveira**  
14 (titular) – FBOMS, Movimentos Sociais; Sr. **César Victor do Espírito Santo** (suplente) –  
15 FBOMS, ONGs ambientalistas; Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro** (titular) – MONAPE; e  
16 Sr. **Charles Clement** (suplente) – SBPC. Os seguintes convidados estavam presentes à  
17 reunião: Sr. Sidney F. Gaspar (Ministério do Planejamento); Sras. **Patrícia Medeiros** e **Paula**  
18 **Tavares** (MD); Sr. **Petrônio Gonçalves Júnior** (MI) e Sra. **Marina Landeiro** (MMA). Pela  
19 Secretaria Executiva da CONABIO, estavam presentes a Sra. **Gláucia Jordão Zerbini** e o Sr.  
20 **Felipe Monteiro Diniz** (MMA). A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1.  
21 **ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 30ª**  
22 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO; 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO: 4.1.**  
23 **Campos Rupestres como Estrutura Ecosistêmica Fundamental de Biomas. Profª. Drª**  
24 **Nanuza Menezes (Associação Brasileira de Ciências); 5. ASSUNTOS PARA**  
25 **DELIBERAÇÃO: 5.1 Apresentação da Minuta de Deliberação CONABIO sobre**  
26 **Coleções Científicas. Origem: Câmara Técnica Temporária de Coleções Científicas; 5.2**  
27 **Apresentação dos resultados sobre os Fundos Constitucionais. Origem: Câmara Técnica**  
28 **Permanente Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para a Implementação da**  
29 **Política Nacional de Biodiversidade – PANBIO; 6. ASSUNTOS GERAIS e 7.**  
30 **ENCERRAMENTO.** Às 10h30, o Sr. **Bráulio Dias** (MMA) sugeriu que se começasse a  
31 reunião com a discussão do item 5.1 da pauta, o que foi acatado, para quando houvesse  
32 quorum, se procedesse para a votação do mesmo. A Sra. **Marina Landeiro** (MMA) e a Sra.  
33 **Andréa Nunes** (MCT) apresentou um relato da Câmara Técnica Temporária de Coleções  
34 Científicas e a minuta de deliberação. Foi sugerida a alteração no parágrafo 2º para

36 “promovendo seu reconhecimento como patrimônio nacional”; e no art 7º alterou-se para  
37 “promover de forma sistemática...”. Outra alteração foi a retirada do Art 6º e sua inserção nos  
38 considerandos: “considerando o papel das coleções científicas, no desenvolvimento tecnológico...”.  
39 Foi retirado o artigo 4º. No Art 9º, se sugeriu “Promover a implementação do plano”. A **Sra.**  
40 **Andréa Nunes (MCT)** apresentou a sugestão de criação de uma Câmara Técnica, como artigo 10  
41 desta deliberação. No Plano de Ação, foi retirado o subtítulo de “Coleções Microbiológicas”. Com  
42 relação ao Art 10, ficou criada uma Câmara Técnica Permanente, no âmbito da CONABIO para  
43 apoiar a implementação das Diretrizes e estratégias para a modernização das coleções biológicas  
44 brasileiras e monitorar a execução do Plano de Ação, composta pelo MMA, MCT, IBAMA,  
45 FIOCRUZ, EMBRAPA, MEC, SBZ (Sociedade Brasileira de Zoologia), SBB (Sociedade Botânica  
46 do Brasil) e SBM (Sociedade Brasileira de Microbiologia), sendo coordenada e secretariada pelo  
47 MCT para propor produtos, prazos, metas, fases, orçamento e atores responsáveis envolvidos na  
48 implementação das Diretrizes e Estratégias do Plano de Ação; acompanhar e assessorar a  
49 CONABIO na implementação das Diretrizes e Estratégias do Plano de Ação por meio de um  
50 sistema de gestão; e definir indicadores para a implementação das Diretrizes e Estratégias do Plano  
51 de Ação. Foi acertado que se aguardaria quorum para o início da tarde para que se realizasse a  
52 votação. A **Sra. Márcia Chame (MS)** solicitou que o encaminhamento das moções e deliberações  
53 passadas fossem informados aos membros da CONABIO. O **Sr. Bráulio Dias (MMA)** chamou a  
54 **Sra. Nanuza Menezes (ABC)** para realizar a apresentação sobre campos rupestres, previsto no item  
55 4.1. Foi solicitada à **Sra. Marina Landeiro (MMA)** que reunisse informações, com a contribuição  
56 da **Sra. Nanuza Menezes (ABC)** e do **Sr. Gustavo Martinelli (JBRJ)** para uma proposta de uma  
57 iniciativa para a conservação dos ecossistemas de montanhas. Houve também uma proposta de se  
58 fazer um livro acerca dos ecossistemas de campos rupestres a partir da apresentação da **Sra.**  
59 **Nanuza Menezes (ABC)**. Com a observação da presença de quorum, foi feita a apreciação da ata  
60 da 30ª Reunião Ordinária, que foi aprovada com alterações por unanimidade. Tendo sido a  
61 Resolução sobre Coleções Científicas, discutida pela manhã, aprovada por unanimidade. Para o  
62 próximo item de pauta, o item 5.2, a **Sra. Fani Mamede (CONTAG)** pediu vistas, argumentando  
63 que o documento recebido não tinha sido o mesmo documento debatido na reunião anterior. O **Sr.**  
64 **Braulio Dias (MMA)** respondeu que o que fora recebido eletronicamente tinha sido um documento  
65 que trazia o que poderia ser um anexo de uma deliberação, já replicado, conforme acertado, para  
66 outros fundos, as similaridades determinadas para o FNO. Fez uma proposta de encaminhamento de  
67 aprovar uma deliberação bem curta, com um artigo só, dizendo aprova-se as recomendações  
68 constantes dos anexos, visando incorporar preocupações de biodiversidade na utilização dos  
69 recursos dos fundos constitucionais e remeter isso para consideração do Ministério da Integração. O

71 documento foi enviado a todos os membros da CONABIO para contribuições. O **Sr. Hélio Cunha**  
72 **(MMA)** fez uma apresentação sobre a elaboração da propostas. A **Sra. Fani Mamede (CONTAG)**  
73 foi informada que o Regimento Interno da CONABIO não faz previsão sobre pedidos de vistas e  
74 que o assunto teria que ser deliberado ou por consenso ou por votação. Ela questionou sobre a  
75 inclusão das áreas prioritárias como elemento de diretriz para os fundos, pois a escala não atende e  
76 não contempla a agricultura familiar, manifestando que nem o primeiro documento do FNE  
77 reproduz o que foi aprovado na reunião da CONABIO, apresentando modificações trazidas pela  
78 Câmara Técnica e que o processo acabaria por ter que ser reiniciado. O **Sr. Hélio Cunha (MMA)**  
79 esclareceu que, conforme fora estabelecido na 27ª reunião da CONABIO, o texto seguiu para a  
80 Câmara Técnica da PANBio, tendo sido os membros da CONABIO informados para que, se  
81 tivessem interesse, participassem das reuniões e discutíssemos o texto inteiro, inclusive  
82 contemplando as sugestões enviadas pela CONTAG. Tendo sido as diretrizes replicadas para os  
83 outros dois fundos. Foi acertado que se fariam discussões em torno dos parágrafos onde se tivessem  
84 dúvidas, tratando o documento a partir das diretrizes dos três fundos, então as prioridades gerais e  
85 assim por diante, replicando o que for necessário para os dois outros fundos, deixando o texto  
86 enxuto só com matéria referente à biodiversidade. As alterações e considerações desta discussão  
87 seguem: parágrafo terceiro, proposta do FBOMs e SEAP pela exclusão, acatado; parágrafo quinto,  
88 proposta da SBPC e da FBOMs pela retirada das expressões economia informal e local, acatado.  
89 Proposta de anotação sobre equidade de gêneros no financiamento, acatado; parágrafo sétimo,  
90 inclusão da referência à Lei 11.326 de 2006, pela CONTAG, acatada. Substituição da palavra  
91 “definir” por “considerar” pelo MS, acatado; parágrafo dez, houve debate sobre a subjetividade do  
92 termo “ambientalmente sustentável” e foi proposta uma alteração da redação pela SEAP: “foco em  
93 projetos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de  
94 manejo, considerando a redução dos riscos à biodiversidade”, acatado; parágrafo onze, suprimido;  
95 parágrafo doze, excluído por não clareza da redação; voltou-se ao item seis, onde o MS solicitou a  
96 inclusão da “conjugação do crédito com financiamento e assistência técnica especialmente no caso  
97 de setores tecnicamente carentes”, mantido com o entendimento de que está relacionado à  
98 biodiversidade. Fechadas as diretrizes do FNE, ancaminhou-se para a discussão dos pontos em  
99 dúvidas das prioridades. As alterações e considerações seguem: no parágrafo quatorze, a CONTAG  
100 se manifestou pela exclusão da referência às áreas prioritárias, por entender que o assunto não está  
101 maduro e não contempla, em termos de plotagem, a situação das populações locais. O MMA  
102 respondeu que sua posição é de que esse instrumento serve para orientar as políticas públicas,  
103 inclusive para a valorização das populações locais e que deve-se manter a referência, sem criar  
104 restrição. Lembrou que as áreas prioritárias, conforme o Decreto, não criam restrições de direito e

106 servem apenas como um instrumento de política para ajudar a direcionar atividades públicas, para  
107 valorizar a biodiversidade. A CNA se posiciona contrariamente o documento, em sua totalidade, se  
108 as áreas prioritárias forem condicionantes de restrição. Às 19h00, sem mais avanços na discussão de  
109 mérito, deu-se por encerrado o primeiro dia de reunião, devendo os trabalhos serem reiniciados às  
110 09h00 da manhã do dia seguinte. Às 09h30, o **Sr. Bráulio Dias (MMA)** deu início ao segundo dia  
111 de reunião, com um breve histórico do dia anterior em relação ao documento em discussão,  
112 retomando a proposta da SEAP para o parágrafo quatorze. O **Sr. Hélio Cunha (MMA)** leu o  
113 parágrafo-proposta por solicitação da CONTAG que é: “A delimitação e a priorização das áreas  
114 prioritárias não restringe o acesso às políticas públicas destinadas aos povos indígenas e  
115 comunidades locais, beneficiários do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária ou do Programa  
116 Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nos termos do artigo 189 da Constituição e da  
117 Lei 11. 326 de julho de 2006”, para que fosse colocado onde houvesse solicitação de consideração  
118 às áreas prioritárias, como uma ressalva. A CNI sugeriu a retirada. O texto seguiria para votação  
119 assim que fosse verificado o quorum. Do parágrafo quinze ao dezoito, houve a preocupação  
120 manifestada da CNI quanto a expressão “ambientalmente sustentável”. O **Sr. Bráulio Dias (MMA)**  
121 sugeriu que, quando o termo aparecesse, seguisse a ressalva que fosse do ponto de vista da  
122 biodiversidade, conforme orientado pela CDB. O SBPC sugeriu que, para resolver esta questão, ao  
123 final do parágrafo sete, se colocasse “pelos fundos, usando os conceitos definidos  
124 internacionalmente pelos instrumentos...”, inserindo a questão de sustentabilidade nas diretrizes,  
125 sem se tornar um obstáculo operacional. Com quorum presente, o MMA propôs que se votasse  
126 primeiramente esta alteração sugerida pela SBPS, com relação ao parágrafo sete, depois se votasse a  
127 proposta da SEAP (novo parágrafo – referente à áreas prioritárias) e em seguida se votasse o  
128 conjunto de parágrafos do item diretriz. Esta sugestão foi acatada com o seguinte resultado.  
129 Parágrafo sétimo, sugestão da SBPC acatada por unanimidade; novo parágrafo, sugerido pela SEAP  
130 com contribuição da CONTAG, oito votos à favor, um contrário e uma abstenção. A CNI manifesta  
131 que se manterá contrária se houver replicação desta redação a outros fundos. Antes de se votar o  
132 bloco de parágrafos, foi informado que havia uma inserção solicitada pelo MS (**Sra. Márcia**  
133 **Chame**), após o parágrafo doze, sobre “conjugação do crédito com financiamento da assistência  
134 técnica, especialmente no caso de setores tecnicamente carentes”. O MAPA manifestou  
135 discordância com a oração após a vírgula, argumentando possibilidade de subjetividade. A FBOMS  
136 sugeriu a seguinte redação: “assistência técnica que considere especialmente as variáveis  
137 ambientais”. O MAPA complementou com a proposta: “conjugação do crédito com o  
138 financiamento de assistência técnica qualificada que considere variáveis ambientais no âmbito de  
139 bacias hidrográficas”, colocado em votação e aprovado por dez votos a favor e duas abstenções.

141 Seguiu-se a deliberação do conjunto dos parágrafos das diretrizes, exceto os que já foram  
142 aprovados, com duas abstenções e dez votos favoráveis. Voltou-se às prioridades gerais, parágrafo  
143 quatorze, com duas opções de votação: uma retirava o restante da frase após a palavra “territorial”,  
144 ficando “projetos localizados em áreas adequadamente indicadas por instrumentos de zoneamento e  
145 ordenamento territorial”; a outra proposta, da SEAP e da CNI prevê “projetos localizados em áreas  
146 adequadamente indicadas por instrumentos de zoneamento e ordenamento territorial, não  
147 constituindo elemento de restrição para as áreas que não possuam esses instrumentos”, sendo  
148 desconsiderada a proposta da SBPC. Fez-se votação com o seguinte resultado: venceu a segunda  
149 opção com dez votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. No parágrafo quinze, a MONAPE  
150 solicitou a inserção da termo “desenvolvido” junto ao termo “apoiado”. A CNI propôs a exclusão da  
151 parte “de forma ambientalmente sustentável”, pois já estaria nas diretrizes. A FBOMS (**Sra. Maria**  
152 **Adélia**) sugeriu substituir a palavra “explorar” por “utilizar”, acatado. Houve discussão em torno da  
153 questão de “arranjos produtivos locais” e “comunidades locais”. O MAPA propôs a seguinte  
154 redação: “projetos inseridos em Arranjos Produtivos Locais, com atenção para a estruturação da  
155 cadeia produtiva e logística”, transformado para: “a exemplo de arranjos produtivos locais, com  
156 atenção para estruturação...”.A SBPC sugeriu que se fizesse referência aos atores da diretriz cinco,  
157 ficando o texto assim: “desenvolvido por atores prioritários” (asterisco referenciando a diretriz  
158 cinco). O MI sugeriu que se utilizasse o termo “beneficiários”, acatado. Com relação ao termo  
159 “ambientalmente sustentável”, foi defendido pela SBPC adotar postura semelhante, eliminando o  
160 “ambientalmente”, colocando “de forma sustentável” e referenciado-o à diretriz sete, acatado.  
161 Finalmente, a proposta foi levada à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Parágrafo  
162 dezesseis, mantida a observação da CNA com relação ao termo “ambientalmente sustentável” perla  
163 Secretaria Executiva, o MMA sugeriu o uso do mesmo método do parágrafo anterior. O MAPA  
164 sugeriu a substituição do termo “modernização” por “aprimoramento”. Através da intervenção da  
165 CNI, do MI, do MAPA e da SBPC, foi observada que a retirada do termo “ambientalmente  
166 sustentável”, nos parágrafos dezesseis e dezessete traria uma redação que não é o escopo da  
167 CONABIO, sendo sugerido pelo MMA a retirada destes artigos, o que foi acatado. O MAPA  
168 sugeriu que o parágrafo trinta e nove das prioridades setoriais fosse transferido para as prioridades  
169 gerais, o que foi feito. Houve a proposta da SBPC de se terminar as prioridades gerais do FNO e se  
170 passar às diretrizes do FNE e do FCO, para que se terminasse como produtos as diretrizes dos três  
171 fundos, pelo menos, o que foi acatado. O parágrafo dezoito, foi dado o mesmo tratamento para o  
172 termo “ambientalmente sustentável” (referência à diretriz cinco) ficando terminado em “uso  
173 sustentável da biodiversidade”, tendo sido também proposta da retirada do mesmo, pois já há a  
174 referência de sustentabilidade nas diretrizes, prejudicando o parágrafo dezoito, acata. Com relação

176 ao parágrafo trinta e nove, trazido das prioridades setoriais, o MS manifestou que este poderia ser  
177 enquadrado nas diretrizes, com concordância do SBPC, que faria a redação à tarde, tendo neste  
178 momento sido suspendida a reunião. O **Sr. Charles Clement (SBPC)** fez manifestação em seu  
179 nome, no da **Sra. Adélia Oliveira (FBOMS)**, a **Sra. Nanuza Menezes (ABC)** e o **Sr. Alberto**  
180 **Ribeiro (MONAPE)**, com um abaixo-assinado, solicitando que os representantes da CONABIO  
181 que residem em Brasília cumpram com o horário das reuniões para não impactarem com o quorum  
182 e com o andamento das mesmas. O **Sr. Braulio Dias (MMA)** informou que esta é uma preocupação  
183 recorrente da Secretaria Executiva da CONABIO, a entrada de um segundo suplente fora uma  
184 tentativa de se minimizar o problema do quorum, o calendário prévio de datas, aprovado ao fim de  
185 cada ano faz parte deste esforço. A Secretaria Executiva se propôs a enviar uma circular, assinada  
186 pela presidente, reforçando a solicitação de presença das entidades e endereçada ao titular,  
187 concordou, porém, que o problema maior é com os residentes em Brasília. O MS (**Sr. André**  
188 **Fenner**) informou ser este um dos motivos de solicitar que as reuniões ocorram fora de Brasília,  
189 para evitar o comprometimento de agenda dos residentes de Brasília por obrigações de última hora,  
190 que não ocorreriam estando fora de Brasília e que seria uma questão de prestígio. O **Sr. Braulio**  
191 **Dias (MMA)** informou que iria considerar isto e levar ao conhecimento da presidente. Foi pedido  
192 mais rigor ao cumprimento do regimento, com relação aos faltosos e maior atenção com relação à  
193 marcação de reunião de colegiados no mesmo dia. Intervalo para almoço. Às dias horas, os  
194 trabalhos foram retomados, com a análise do parágrafo trinta e oito, transportado do item  
195 prioridades setoriais para o item prioridades gerais, com a proposição de ser redirecionado para as  
196 diretrizes. A SBPC propôs “Foco nas espécies nativas do bioma, tanto as de uso, manejo e cultivo  
197 tradicional como as novas oportunidades, mesmo quando todos os elementos de seus sistemas de  
198 recomendações tecnológicas não estejam completos” como redação. A SEAP propôs completar com  
199 a seguinte redação: “ênfase no fortalecimento dos distintos elos da cadeia produtiva, inclusive  
200 com apoio ao desenvolvimento tecnológico”. O MMA sugeriu “foco nas espécies nativas do bioma,  
201 inclusive variedades locais”. O MAPA solicitou que fosse incorporado os temas “raças e  
202 “variedades locais” à redação, o que foi contemplado. A partir desta sugestão redacional, durante a  
203 discussão, foi informado a instalação da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas  
204 Invasoras, com questionamentos sobre o não recebimento de aviso desta instalação aos membros da  
205 CONABIO, apesar da indicação ter sido solicitada ao chefe das instituições, conforme a deliberação  
206 de criação pede, então foi solicitada que a Secretaria Executiva adote como conduta padrão o  
207 informe aos membros, titulares e suplentes, o advento das reuniões das Câmaras Técnicas.  
208 Retornou-se ao texto, onde foi feita a votação para a alteração do texto e sua inserção nas diretrizes,  
209 tendo sido aprovado de forma unânime. Foi discutida a questão de encaminhamento, com a

211 sugestão da SBPC e do MI de se fechar as diretrizes, que seria o documento a ser encaminhado ao  
212 Ministro de Estado da Integração Nacional, as prioridades seguem aos bancos. O MMA pontuou  
213 que, caso não seja assim, em função da dinâmica que se seguia, a estimativa era de que não se  
214 encerrasse esta discussão nesta reunião, ficando para a próxima, a ocorrer em dois meses,  
215 impossibilitando a sua avaliação pelo MI até mesmo para 2009. Foi proposto então, ao Plenário, que  
216 se aprovasse um conjunto de diretrizes para serem inseridas ainda em 2009, levando em conta que,  
217 conforme informado pelo MI, o Ministro tem autonomia para enviar tais diretrizes, sendo este  
218 conjunto revisado no momento e aplicável aos três fundos. O MMA solicitou atenção para as  
219 preocupações da CNI e da CNA acerca dos aspectos concernentes à legislação ambiental,  
220 particularmente com o Código Florestal. O IBAMA manifestou entendimento, mas apoiou a  
221 proposta mais ágil de se ter uma deliberação. O MMA perguntou ao MI se parte do orçamento,  
222 além de financiar a produção pode ser usado para a recuperação ambiental como parte do processo,  
223 garantindo a diretriz de cumprimento da legislação e abrindo espaço para quem, por alguma razão,  
224 esteja inadimplente e permita que se consiga adquirir uma situação de adimplência a essa  
225 legislação. O MI informou que era possível. O MS (**Sra. Márcia Chame**) manifestou preocupação  
226 em torno da questão por se permitir empréstimo a quem já está em descordo com a legislação,  
227 mesmo se entendendo que não ser a causa da irregularidade e que trata-se de um empréstimo e não  
228 de uma doação. O MCT questionou o encaminhamento de se encerrar as discussões com uma  
229 proposta pequena de diretrizes, com vistas a influenciar ainda o processo de 2009. O MMA  
230 explicou que a perda de informações, por conta de não se incluir as prioridades, seria um preço a  
231 pagar para que se impactasse ainda o calendário de 2009. Então, abriu-se a elaboração de um  
232 parágrafo, cuja proposta foi: "os projetos financiados por este fundo devem obedecer a Legislação  
233 Ambiental, em particular, ao que está contido no Código Florestal, relativo às Áreas de Preservação  
234 Permanente e Reserva Legal" e "deve obedecer podendo o projeto contemplar atividades voltadas  
235 para recuperação da cobertura vegetal nessas áreas em cumprimento ao Código Florestal". Foi  
236 levantada a questão de se estabelecer um marco temporal como limite para as áreas passíveis de  
237 recuperação, por causa da preocupação de não se instigar acidentalmente o desmatamento. O MMA  
238 propôs 2007, por possuir dados suficientes sobre desmatamentos, mais confiáveis que em relação.  
239 Com o possível esvaziamento do quorum, o MMA propôs que, como um conjunto de parágrafos já  
240 fora aprovado para o FNO e que, como já fora sugerido, haveria replicabilidade para os dois outros  
241 fundos, aprovando-se este parágrafo, aplica-se aos outros fundos e encerra-se com o conjunto de  
242 diretrizes. Se não, a reunião ficaria sem o produto. Houve concordância. Novamente foi lido a  
243 proposta da nova redação: "projeto financiados pelo Fundo devem obedecer a Legislação Ambiental  
244 em particular o contido no Código Florestal", citando a Legislação pertinente, "quanto às Áreas de

246 Preservação Permanente e Reservas Legais, podendo o projeto contemplar atividades para  
247 recuperação e manutenção da vegetação em áreas desmatadas até 2007”. O **Sr. Braulio Dias**  
248 **(MMA)** propôs revisar o texto desses parágrafos aprovados e ver se não há nenhuma linguagem que  
249 esteja restritiva só para um fundo, para que isso seja aplicado aos três fundos e aí se terá uma  
250 proposta de redação no padrão: “aprovar as recomendações relativas à biodiversidade nas  
251 programações para o ano 2009...”. O MI sugeriu retirar menção ao ano, para que não ficasse  
252 restrito ao ano de 2009, foi acatado. Continuando a proposta de redação: “dos Fundos  
253 Constitucionais de financiamento”, citando os três, “conforme propostas apresentadas e discutidas  
254 no Plenário durante a 31ª Reunião Ordinária da Comissão ocorrida em tal data”. E aí se teria ao  
255 invés de três anexos, um só anexo. O segundo parágrafo, “encaminhar as proposta de diretrizes  
256 aprovadas pela CONABIO ao Ministério da Integração sugerindo a sua apreciação e a inclusão para  
257 a programação os Fundos Constitucionais de Financiamento”. O MMA, encerrando esta discussão e  
258 este processo, acena com a possibilidade de retomada no próximo ano, agregando mais sugestões. A  
259 reunião deu-se por encerrada à 16h15. Eu, **Felipe Diniz**, por solicitação do Presidente da mesa,  
260 lavrei a presente ata.

261

262 **Maria Cecília Wey de Brito**

263 Presidente

**Braulio Ferreira de Souza Dias**

Secretário Executivo